

CLIPPING IMPRESSO

11/09/2019



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CNJ.....	3
2.2. PRECATÓRIOS.....	4
2.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	5
2.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	6 - 7
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	8
3.2. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	9
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	10 - 11

*Fórum
de São Luís
terá palestras
sobre prevenção
do suicídio,
nesta quinta*

PÁGINA 6

Fórum de São Luís terá palestras sobre prevenção do suicídio, nesta quinta (12)

Como parte das atividades do “Setembro Amarelo”, que é o mês de conscientização sobre a prevenção do suicídio, serão realizadas nesta quinta-feira (12), no Fórum Des. Sarney Costa, palestras referentes ao tema. O evento começa às 9h, no Auditório Des. Madalena Serejo (Fórum), e é aberto aos magistrados, servidores e seus dependentes e também aos terceirizados.

A iniciativa é da Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho, do Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com a Divisão Médica e Odontológica do Fórum, Divisão Psicossocial e Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMT/TJMA).

O psicólogo Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues (analista Judiciário - UMF) abordará o tema “Acolhimento para a prevenção do suicídio”. A palestra “O sentido da vida na prevenção do suicídio” será ministrada pela psicóloga Tatiana Carvalho (analista Judiciário – Divisão Psicossocial do TJ).

Já no dia 17 (terça-feira), às 9h30, no auditório do

Centro Administrativo do TJMA, haverá a palestra “Ansiedade nossa de cada dia e o sentido da vida na prevenção do suicídio”, com os psicólogos João Ricardo Oliveira (Instituto Pangeia) e Tatiana Carvalho (TJMA).

Prevenção - A Divisão Médica e Odontológica do Fórum destaca que o mês de setembro é conhecido como Setembro Amarelo, por ser o mês de conscientização sobre a prevenção do suicídio. “A cor amarela representa a vida, a luz e o sol, simbolismo que reflete a proposta da campanha de preservar a vida”. O mês foi escolhido em razão do Dia Mundial da Prevenção do Suicídio, celebrado anualmente em 10 de setembro, com o objetivo de conscientizar as pessoas que o suicídio pode ser evitado.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), casos de suicídio podem ser evitados se as causas forem tratadas corretamente. Cerca de 90% dos casos estão associados a distúrbios mentais e as ações de prevenção são fundamentais para reverter essa situação.

DPE lança projeto Pais e filhos na Região dos Lagos

Projeto atuará em parceria com unidades escolares, que serão responsáveis por identificar alunos que não possuam os nomes do pai em suas certidões



Divulgação

Lançamento do projeto "Pais e filhos: reconhecer é um ato de amor" aconteceu na comarca de Lago da Pedra

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) lançou o projeto "Pais e filhos: reconhecer é um ato de amor", na Comarca de Lago da Pedra, ontem, 10, na Unidade Integrada Lindalva Coelho Arruda. O objetivo é estimular e garantir, prioritariamente por via extrajudicial, o reconhecimento espontâneo de paternidade de

crianças, jovens e adultos naquela região.

O lançamento, conduzido pelos defensores públicos Túlio Licínio Curvelo Garcia e Vinícius Jerônimo de Oliveira, marcou o início das atividades de outro projeto defensorial no município, o Defensoria na Comunidade, que esta semana percorrerá a Região dos Lagos,

sendo ontem, 10, em Lago da Pedra; hoje, 11, em Lagoa Grande e amanhã, 12, em Lago dos Rodrigues, levando diversos serviços, dentre eles atendimentos jurídicos, reconhecimento de paternidade, além da atuação na área de registro público.

O Pais e filhos atuará em parceria com unidades escolares,

que serão as responsáveis por identificar alunos que não possuam os nomes do pai em suas certidões. Após essa busca ativa, a Defensoria, por meio de palestras direcionadas à gestão, mestres e à comunidade, tentam sensibilizar e mediar situações apresentadas para que supostos genitores permitam espontaneamente sua inclusão no registro civil do indivíduo.

Além dos alunos, o projeto poderá beneficiar seus irmãos e até mesmo seus pais, como em São Luís, que foram identificados casos de jovens de quase 30 anos que tiveram a inclusão do nome do pai na certidão de nascimento, num verdadeiro incentivo à cidadania e ao acesso a direitos fundamentais, como a convivência familiar.

De acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no censo escolar de 2011, mais de 5,5 milhões de crianças não têm a paternidade reconhecida no país.

Além dos defensores públicos, ainda participaram da solenidade o prefeito de Lago da Pedra, Laércio Arruda, o secretário adjunto de Educação, Rumão Uchôa, o coordenador do CRAS, Haroldo Cavalcante, e o diretor da Escola Coelho Arruda, Alex José Costa Silva, dentre outras autoridades e a comunidade local. ●

PH

**PERGENTINO
HOLANDA**

ph@mirante.com.br
@holandaph

**DE
RELANCE**

Novela sem fim

O Senado discute proposta de emenda para estender, mais uma vez, o prazo de pagamento dos precatórios de 2024 para 2028. O limite anterior era 2020, prorrogado por mais quatro anos. O total da dívida em todo o País, sobre a qual não cabe mais discussão na Justiça, chega a 145 bilhões de reais.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 58/2019
Processo nº 31407/2019**

Objeto: Registro de preço para contratação de empresas especializadas no fornecimento de equipamentos para manutenção dos sistemas de videomonitoramento, aquisição de balizadores de fila e de detectores de metais portáteis pertencentes as diversas unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça do Maranhão; **Abertura:** 24/09/2019 às 09:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 09 de setembro de 2019.

Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira TJMA (Uasg 925125).

TJ: retirado de pauta projeto que pode cortar reajuste de servidores

Emenda de Rafael Leitoa vetava a concessão da reposição retroativa a dezembro de 2018; Judiciário diz ter viabilidade financeira para arcar com reajuste

GILBERTO LÉDA
da editoria de Política

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual Rafael Leitoa (PDT), decidiu retirar de pauta o Projeto de Lei nº 18/2019, que concede reajuste de 2,94% a servidores do Judiciário maranhense.

A proposta continha uma emenda do próprio pedetista, que vetava a concessão da reposição de forma retroativa a 1º de dezembro de 2018 – se aprovado com a emenda, o projeto passaria a surtir efeitos apenas a partir da sua sanção. Mas houve reação dos servidores, que estiveram representados ontem na sede do Legislativo por diretores do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA).

Eles conversam com parlamentares e apresentaram dados do próprio Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – fornecidos pelo diretor-geral, Mário Lobão – atestando que a instituição tem viabilidade financeira para cumprir o reajuste dos 2,94%, com efeitos retroativos a dezembro de 2018.

“Agradecemos, em nome do Sindjus-MA e de todos os servidores do Poder Judiciário, ao presidente José Joaquim Figueiredo o empenho em esclarecer as dúvidas dos deputados e do Governo do Estado quanto à capacidade financeira e orçamentária de arcar com o reajuste de 2,94% e seus efeitos retroativos”, afirmou o presidente do Sindjus-MA, Aníbal Lins após a reunião no TJ. Ele destacou, ainda, o empenho do chefe do Judiciário em garantir a aprovação do projeto de reajuste na forma original.

Empenho

“Agradecemos também o empenho do desembargador para a aprovação do projeto na sua forma original, o que é aguardado com muita expectativa pelos servidores do Poder Judiciário”, completou.

Após a intervenção, a base do governo decidiu retirar a proposta de pauta. Como o TJ informou que há disponibilidade financeira para o pagamento retroativo, a matéria será levada à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan) para um veredicto.

A O Estado, Rafael Leitoa admitiu que, após análise, a emenda pode cair e o pagamento ser aprovado de forma retroativa. “Vamos avaliar a questão da emenda. Mas pode ser que ainda seja aprovado retroativo”, destacou.

O presidente das Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), confirmou que a dúvida em relação ao PL 018/2019 é relacionada ao conteúdo da Emenda, com relação à data.

“Como tem uma discussão acontecendo e ela não foi concluída até este momento, nós achamos oportuno retirar da Ordem do Dia de hoje e aí vamos definir se conseguimos colocar na sessão de quarta ou na sessão de quinta, e informaremos. Quanto ao requerimento do deputado Adriano, já foi pactuado com ele que tiraremos o projeto e o requerimento, e apreciaremos os dois juntos na sessão que for definida para tal finalidade”, disse o comunista.

Deputado César Pires aponta problemas na CCJ

Durante o debate do projeto de reajuste dos servidores do Judiciário em plenário, o deputado César Pires (PV) questionou a forma como a emenda ao projeto foi aprovada na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ).

Segundo ele, não houve chancela dos demais membros do colegiado. Pires, então, cobrou esclarecimentos da Mesa Diretora sobre o assunto.

“Eu não sei qual foi a motivação explícita que levou a Mesa a tirar o projeto. Me espanta, também, presidente, aqui, na segunda-feira, dia 9, a Emenda 01 do deputado Rafael Leitoa, depois de já ter

sido aprovada na CCJ, não ter levado assinatura dos nossos pares. Não vi, tampouco foi tratado isso na CCJ”, declarou.

Ele solicitou que a direção da Casa informasse se há amparo legal para a forma como emenda foi aprovada pela CCJ.

“A emenda publicada aqui na página 25 do Diário Oficial de ontem, segunda-feira, dia 9. Eu só queria saber da Mesa se tem amparo legal, considerando que não houve nenhuma reunião da CCJ neste sentido, para poder reparar isso, haja vista já ter sido publicada anteriormente”, argumentou César Pires. ●

Reajuste deve ser retroativo a 1º de dezembro de 2018

Proposta foi retirada de pauta, após reação de servidores

Agência Assembleia



Emenda de Rafael Leitão vetava a concessão de reajuste de forma retroativa para servidores do Judiciário

Presidente do TJMA recebe visita dos diretores da Associação de Criadores

“Os serviços prestados pelo Poder Judiciário têm grande alcance social e serão muito importantes para a comunidade e aos cidadãos que participarão do evento”, pontuou o presidente da Ascem.



O presidente da Associação de Criadores do Estado do Maranhão (Ascem), Ivaldeci Mendonça – acompanhado dos diretores da entidade – visitou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo.

Na ocasião, Ivaldeci Mendonça pediu ao presidente do TJMA a participação do Poder Judiciário na Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), levando ao evento os serviços de cunho social e os projetos voltados para a cidadania.

A Expoema será realizada no período de 20 a 27 de outubro, no Parque Independência.

“Os serviços prestados pelo Poder Judiciário têm grande alcance social e serão muito importantes para a comunidade e aos cidadãos que participarão do evento”, pon-

tuou o presidente da Ascem.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo se mostrou receptivo à sugestão do presidente da Associação dos Criadores, sinalizando positivamente para a celebração de uma parceria para a concretização da ideia.

JUSTIÇA ELETRÔNICA

Uso de novas tecnologias aumenta eficácia e celeridade do Judiciário do Maranhão

O uso da tecnologia para dar mais eficácia e celeridade ao Judiciário do Maranhão vai ser abordado no Justiça Cidadã de sábado (14), ao meio-dia, na TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17). O programa é apresentado por Heider Lucena e Amanda Campos, que vão entrevistar o diretor de Informática do Tribunal de Justiça, Paulo Rocha Neto.

O diretor de TI do TJMA vai explicar como é possível realizar sessões virtuais sem a presença dos julgadores no local da sessão. Vai falar sobre a nova realidade, que permite a um advogado fazer sustentação oral de qualquer parte do mundo, e sobre a conquista do Judiciário maranhense, que levou o



Processo Judicial Eletrônico (PJe) a 100% das comarcas.

O programa Justiça Cidadã é reapresentando em horários alternativos, às 10h de domingo, às 21h de segunda e de quarta e às 16h

de quinta, na TV Assembleia.

O PROGRAMA – O “Justiça Cidadã” é produzido por profissionais das assessorias de Comunicação do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça, com infor-

mações de todos os órgãos do Judiciário estadual, a exemplo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), em parceria com toda a equipe da TV Assembleia. Os editores-chefes são os jornalistas Antônio Carlos de Oliveira e Juliana Mendes, também roteirista juntamente ao editor de texto do programa, jornalista Paulo Lafene.

A cada edição semanal, novos entrevistados dão informações e tiram dúvidas sobre áreas específicas de atuação do Judiciário maranhense. O público pode colaborar com perguntas e informações pelo Whatsapp do programa, (98) 98880-4461, ou pelo Telejudiciário, 0800-707-1581.



TRIBUNAL DO JÚRI

Assassino de Décio Sá é absolvido durante julgamento

PÁGINA 9

TRIBUNAL DO JURI

Assassino de Décio Sá é absolvido durante julgamento



Dois grandes casos foram julgados nesta semana no Tribunal do Juri, em São Luís, sendo que os dois réus foram absolvidos.

O primeiro caso foi às 9h, no 1º Tribunal do Júri de São Luís. O julgamento tinha como acusado Jhonathan de Sousa Silva. Ele matou o detento Alan Kardeck Dias Mota, no dia 7 de janeiro de 2018, por volta das 7h40, na quadra poliesportiva da Penitenciária de Pedrinhas.



O julgamento, que ocorreu no Fórum Desembargador Sarney Costa, foi presidido pelo juiz Osmar Gomes dos Santos.

Na acusação atuou o promotor de Justiça Reinaldo Castro, e na defesa, o defensor público Reinaldo Castro.

Foram ouvidas três testemunhas – todas detentos – e interrogado o réu.

O Conselho de Sentença (jurados) afirmou que a vítima sofreu os ferimentos descritos no laudo de exame cadavérico cometidos pelo o autor Jhonathan de Sousa Silva.

O defensor público, ao fazer a defesa, pediu a absolvição e, se não ocorresse a absolvição, que fosse retirada a qualificadora e, caso ele viesse a ser condenado, que fosse por homicídio simples. Os jurados do 1º Tribunal do Júri absolveram o réu.

Caso Décio Sá

Jhonathan de Sousa Silva já cumpre pena pelo assassinato do jornalista e blogueiro Décio Sá, morto a tiros em 23 de abril de 2012, por volta das 22h30, em um bar na Avenida Litorânea, em São Luís. Ele foi condenado em júri popular, em fevereiro de 2014, pelo 1º Tribunal do Júri de São Luís, a 25 anos e 3 meses de reclusão, como executor do crime.

Absolvição de PM



Outro caso de grande repercussão também foi julgado. O policial militar Francisco Silva Lima era acusado do assassinato do pedreiro José Ribamar Vieira Batista, na tarde do dia 31 de outubro de 2011, na Avenida Guajaras, próximo ao retorno da Forquilha. A vítima morreu com vários disparos de arma de fogo.

O julgamento do militar ocorreu no 4º Tribunal do Júri de São Luís (primeiro andar do Fórum do Calhau) e foi presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior.

Na acusação atuaram o promotor de Justiça Valdemir Cavalcante, e na defesa, o advogado Erivelton Lago.

A sessão de júri popular estava marcada para ocorrer no último dia 12 de junho, mas foi adiada para o dia 9 de setembro, a pedido da defesa do réu, o advogado Erivelton Lago, que justificou estar doente.

O Conselho de Sentença (jurados) da 4ª Vara do Tribunal do Júri absolveu Francisco Silva Lima acusado da prática de homicídio.